

MARAMBAIA

De volta à Senzala.

Neste último vinte de novembro, em muitos cantos desse país, várias foram as comemorações pelo “Dia da Consciência Negra”. Percebo otimista como negro brasileiro que a cada ano, as comemorações aumentam, como parece também aumentar a consciência de todos sobre a grande saga, a eterna resistência e a cotidiana luta dos negros e seus descendentes pelo respeito à sua memória e o reconhecimento e a reparação por todos os danos morais causados pela barbárie da escravidão e do tráfico negreiro.

Dentre os vários programas e opções de eventos comemorativos à memória de Zumbi e do Quilombo de Palmares, aquele promovido pela ARQIMAR – Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia me saltou aos olhos, tamanho era o meu desejo em conhecer aquela comunidade e aquele recanto¹, tão presente no nosso canto popular.



O evento também tinha um tom de desafio e aventura, ou seja: seria realizado nas ruínas da grande senzala, abandonada no meio da mata e localizada próxima à desértica praia da Armação e ao que restou da casa-grande do maior cafeicultor e escravocrata do Império, o fazendeiro Joaquim José de Souza Breves. Para chegar à senzala seria necessário, pelo menos, uma hora de caminhada por

trilhas na mata, a partir do cais principal de entrada da ilha. Isso, sem contar uma hora e meia de viagem do Rio até o porto de Itacuruçá e mais uma hora e meia de barco até a ilha.



Todos esses apelos me seduziram, mas o que determinou a minha decisão em aceitar o convite da ARQIMAR e do grupo local de capoeira “Filhos do Queto”, foi a significação política e cultural desse evento. Afinal, além da própria festa com roda de capoeira, samba de roda, feijoada e ritual em homenagem aos prováveis seis mil escravos, que viveram ali naquela senzala no auge da escravidão do século dezanove, ele era também mais um ato de conscientização e resistência daquela comunidade contra a decisão arbitrária e desumana da Marinha do Brasil de expulsá-los daquela ilha, sob o argumento deles serem invasores.²

Foi uma feliz decisão. A viagem, a caminhada, a natureza local, a festa e o contato com a comunidade teve muito a me ensinar e a me emocionar. Sinto que serão necessárias muitas horas de reflexão sobre todas as histórias, conversas e impressões que me ocorreram no caminho de ida e volta àquela senzala, para melhor compreender a conjuntura política, social e cultural dessa comunidade, mas fui convocado pela minha consciência a antecipadamente expressá-las neste artigo.

¹ No meu imaginário eu sempre quis ver o que o verso dessa antiga canção me sugeria: “Eu tenho uma casinha lá na Marambaia, fica na beira da praia, só vendo que beleza”.

² Relatório completo sobre essa situação encontra-se no belíssimo trabalho realizado pela ONG KOINONIA, a pedido da Fundação Cultural Palmares.

MARAMBAIA

De volta à Senzala.



Pra começar, foi contundente saber que o Senhor Breves (um influente fazendeiro de café, parlamentar do Império, amigo íntimo de D Pedro I e antigo dono daquelas terras) chegou a ser proprietário de milhares de escravos, foi dono de várias outras ilhas da baía de Mangaratiba e, que usava ilegal e estrategicamente a Ilha da Marambaia para tráfico, engorda, comercialização, recepção³, e distribuição de escravos pelas setenta fazendas e trinta e seis sítios de sua família. Pelas dimensões das colunas vistas nas ruínas daquela senzala, não é difícil imaginar o tamanho do comércio com escravos que o Senhor Breves tinha na Marambaia.



Não é difícil também imaginar a derrocada desse comércio na ilha após a abolição da escravatura e entender o ato bondoso do senhor Breves, dando aquelas terras “de boca”⁴ para os ex-escravos que ali permaneceram, após a falência dos

³ Escravos roubados de outras fazendas

⁴ Termo utilizado pelos remanescentes para dizer da forma como foi dada as terras para os seus ancestrais

seus negócios. Ainda mais quando sabemos que o verdadeiro invasor daquelas terras foi o próprio senhor Breves, que utilizou o seu prestígio no Império para não ser importunado e construir o seu próprio império naquelas terras, constitucionalmente, ditas de marinha (e não da Marinha) e, legalmente de propriedade do Império na época.

O fato relevante, no entanto, em toda essa história é que os ex-escravos e suas famílias permaneceram ali esquecidos por muito tempo após a abolição, vivendo da pesca, da lavoura e sobrevivendo da sua própria sorte e, não é justo que os seus descendentes sejam expulsos pela Marinha como invasores, sem nenhum direito aquilo que foi fruto de muita dor, muita doação e muitas vidas dos seus ancestrais. Não reconhecer esse fato significa não reconhecer a dívida moral que o país tem com os negros e seus descendentes. Pior ainda é não reconhecer esse direito, já assegurado pelo artigo 68 da ADTC (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), da constituição de 1988 e pelo Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003⁵.



Felizmente, muitos foram os que se conscientizaram desse fato e defenderam essa causa, como é o caso do Ministério Público, da Igreja, da ONG Koinonia, da Fundação Cultural Palmares, entre outras pessoas e instituições que a comunidade se refere com enorme gratidão, mas a luta ainda

⁵ Decreto que regulamenta o Art 68.

MARAMBAIA

De volta à Senzala.

continua, agora na Justiça, pela permanência na ilha, pela demarcação e titulação de suas terras, por luz elétrica, por escolas, por um posto de saúde, por transportes, por trabalho, ou seja, por tudo aquilo que todo cidadão brasileiro tem direito e que ficaram restritos na comunidade por conta desse impasse com a Marinha.

Das histórias que ouvi daquele povo simples, solidário e trabalhador, muitas são de ressentimento com a Marinha, mas muitas dizem do amor que eles tem por aquela bela terra. Outras falam de um período próspero na época em que a Ilha era administrada pela Fundação Cristo Redentor, como também, da importância que foi a Escola de Pesca Darcy Vargas para a comunidade e da esperança que eles tem por dias melhores como aqueles.



Tudo isso me remeteu ao destino guerreiro dessa raça, que ajudou a construir não só a riqueza concentrada desse país, mas também a beleza alegre e simples desse povo brasileiro. Nas minhas reflexões, ao caminhar por aquelas trilhas e praias, fiquei romanticamente imaginando como esse país teria sido mais próspero e socialmente justo se as nossas elites não fossem tão intolerantes, mesquinhas, preconceituosas e insensíveis. Certamente, não teríamos essa cruel concentração de renda hoje, se naquela época pós-abolição tivéssemos promovido uma reforma agrária para os ex-escravos trabalharem nas suas terras, ao contrário da importação maciça de imigrantes. Diante das dimensões

monumentais daquilo que um dia foi uma grande senzala, pensei o quão permanente é a cobiça e a arrogância das nossas elites e quão paradoxal não foi a sina daquelas famílias de remanescentes já expulsas da ilha, ou seja: antes seus ancestrais não tinham liberdade para sair e hoje seus descendentes não tiveram o direito de ficar.



No entanto, a luta dos que resistiram à expulsão, denunciaram aquela opressão e sofreram toda sorte de constrangimento, como o Senhor Naná, a Joeci e a Vânia, respectivamente, presidente, tesoureira e diretora sócio-cultural da ARQIMAR, é exemplar para todos nós. Como foi também exemplar, a resistência de Zumbi naquele vinte de novembro. O retorno daquela comunidade às ruínas daquela antiga senzala para comemorar esse dia, teve um sentido muito mais forte e real do que eu imaginava; simplesmente e infelizmente porque a resistência ali é o cotidiano daquela comunidade.



Terminada a festa, era hora daquelas pessoas retornarem às suas casas, antes que a noite chegasse. Algumas delas,

MARAMBAIA

De volta à Senzala.

inclusive muitas idosas, estavam há duas horas de caminhada das suas casas. Pra minha surpresa e de outros ilhéus, num belo ato de solidariedade, aportou uma lancha da Marinha naquela praia para oferecer transporte mais digno e rápido para aquelas pessoas. Identifiquei este ato não somente como um “mea culpa” da Marinha, mas também como um primeiro resultado desse longo processo de conscientização. Imediatamente, me lembrei da história que me contou o Sr. Caetano, um jovem senhor, que vive os seus oitenta e cinco anos naquela ilha. Dizia sobre a forma solidária e humana que um tal Almirante Henrique estabeleceu com os moradores daquela ilha, antes mesmo da chegada da Fundação Cristo Redentor. Chegando, inclusive, a convidar a professora Henriqueta, para dar aulas na comunidade, num belo exemplo de sensibilidade e responsabilidade social surgido dentro da própria corporação da Marinha e para a mesma comunidade.



Só por essa história e pela bela e simbólica comemoração, eu já estaria otimista pelo futuro daquela comunidade, mas esperança mesmo veio com uma notícia por telefone no fim da festa: a de que o INCRA estaria chegando no dia seguinte para demarcar as terras com vistas a dar o título de propriedade para aqueles tão sofridos e resistentes guerreiros.



Ao contemplar de longe a ilha da Marambaia, voltando de barco para Itacuruçá, na manhã do dia seguinte, me senti privilegiado por ter participado daquela festa e presenciado aquele momento de alegria, mas me perguntava o tempo todo por que as conquistas para o negro nesse país precisam ser sempre assim, com essa sina de muita dor, muita luta e sacrifícios.

Naquele mesmo barco que desembarquei, embarcou os funcionários do INCRA para assisti-los na questão da terra, com esse artigo penso dar visibilidade às suas questões e conclamar homens públicos, instituições e pessoas solidárias a assisti-los ainda mais para que eles tenham energia elétrica, assistência médica, educação de ensino médio, transporte, escola de pesca e muitos outros benefícios, mas, principalmente, para que haja mais respeito à sua memória e à sua identidade étnica e cultural. Quem sabe não é esse desrespeito toda a razão dessa eterna sina.

